A influência do meio escolar na construção das diferenças étnico-raciais na educação infantil

Ana Carolina Menezes Bazilio da Silva (Pedagoga, Pós-graduação em Neuropsicopedagogia Institucional e Educação Especial Inclusiva - Universidade Cândido Mendes - em curso)
<https://orcid.org/0000-0001-6553-4837>

Veronica Eloi de Almeida (Doutora em Sociologia, Núcleo de Pesquisa em Sociologia da Cultura - UFRJ/IFCS)
<https://orcid.org/0000-0003-4694-8617>

Resumo

Este trabalho teve como objeto de estudo compreender como a escola lida com as diferenças étnico - raciais na educação infantil. Com isso, pretende-se lançar luzes sobre a forma com que professores e gestores educacionais vêem o racismo na escola, através de uma pesquisa bibliográfica. Foram analisados e discutidos de que maneira as políticas públicas corroboram a integração no negro no ambiente escolar, a identidade da criança negra, o papel do professor nas práticas pedagógicas não discriminatórias e práticas pedagógicas libertadoras. E concluiu-se que é vital para a socialização das crianças e para a formação de suas identidades que a escola valorize as diferenças étnico-raciais e o respeito mútuo.

Palavras-chave: Educação infantil. Relações étnico-raciais. Racismo.

Data de submissão: 18/09/2018

Data de aprovação: 16/10/2018

Abstract

This study aimed to understand how the school deals with ethnic-racial differences in early childhood education. This is intended to shed light on the way in which teachers and educational managers view racism in school through a bibliographical research. It was analyzed and discussed how public policies corroborate the integration in the black in the school environment, the identity of the black child, the role of the teacher in non-discriminatory pedagogical practices, and pedagogical liberating practices. And it was concluded that it is vital for the socialization of children and for the formation of their identities that the school values ethnic-racial differences and mutual respect.

Keywords: Child education. Ethnic-racial relations. Racism.

Introdução

A educação infantil é importante para o desenvolvimento global da criança. Nessa fase, ela começa a se relacionar com outras pessoas além de sua família, começa a descobrir seu corpo, notar as diferenças e semelhanças entre os colegas. Por isso, é essencial que a criança aprenda a conviver em sociedade de maneira que ela possa respeitar os outros colegas do grupo.

Denominadas normas obrigatórias para a educação básica, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), que são discutidas e debatidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), auxiliam as escolas a planejarem seus currículos. Há diretrizes para cada modalidade de ensino Básico (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), e cada uma delas apresenta suas próprias normas.

As diretrizes curriculares nacionais estão em busca de uma equiparação nas aprendizagens em todo o território nacional, promovendo assim que os mesmos conteúdos sejam estudados em todo o país, porém sem desconsiderar os contextos em que os diversos alunos estão inseridos (BRASIL, 2013).

Diante disso, as DCNs para a educação infantil ressaltam (BRASIL, 2013, p.98):

Art. 7º Na observância destas Diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica:

I - oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;

II - assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;

III - possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto à ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;

IV - promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;

V - construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa.

O plano nacional de implementação da Lei 10639/03, que alterou a Lei 9394, de dezembro de 1996, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional, incluiu no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. A Lei 10639/03 acentua que uma das mais importantes funções das coordenações pedagógicas é a de proporcionar reuniões pedagógicas com os docentes objetivando direcionar a equipe para que haja debates constantes sobre o combate às práticas racistas, preconceituosas e discriminatórias, estabelecendo, assim, estratégias de mediação e educação (BRASIL MEC, 2003).

De acordo com o Plano Nacional de Implementação da Lei nº10.639/2003,

O papel da educação infantil é significativo para o desenvolvimento humano, a formação da personalidade, a construção da inteligência e a aprendizagem. Os espaços coletivos educacionais, nos primeiros anos de vida, são espaços privilegiados para promover a eliminação de qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação, fazendo com

que as crianças, desde muito pequenas compreendam e se envolvam conscientemente em ações que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos étnico raciais para a história e cultura brasileiras. (BRASIL MEC, 2003, p.49)

Para Cavaleiro (2003), a distinção de raças acontece na nossa sociedade, como um procedimento que ocasiona incontáveis desigualdades para o grupo negro e para toda a comunidade brasileira, de forma direta e também indireta. Entenda-se que o reconhecimento afirmativo das particularidades étnicas deve ser adaptado desde os primeiros anos de vida.

É válido ressaltar que, de acordo com Munanga (2004),

Alguns biólogos antirracistas chegaram até a sugerir que o conceito de raça fosse banido dos dicionários e dos textos científicos. No entanto, o conceito persiste tanto no uso popular como em trabalhos e estudos produzidos na área das ciências sociais. Embora concorde com as conclusões da atual Biologia Humana sobre a inexistência científica da raça e a inoperacionalidade do próprio conceito, esses estudiosos justificam o uso do conceito como realidade social e política, considerando a raça como uma construção sociológica e uma categoria social de dominação e de exclusão (MUNANGA, 2004, p.6).

Por isso, o conceito de raça, construído e hoje compreendido pela antropologia como uma questão identitária, deve ser pensado devido à existência do racismo. Para Munanga (2004), o conceito de raça é mais propício para pensar a questão do racismo do que o de etnia, que sugere certa dissipação dos conflitos raciais. Neste artigo não serão focadas as questões relativas ao uso de um ou outro termo, mas convém pontuar a existência da discussão.

Para estabelecer na pré-escola um espaço concordante ao saber das diferenças étnicas, é imprescindível verificar o processo de socialização desenvolvido nos dias de hoje dentro do espaço escolar, que, de acordo com o que foi atestado pela pesquisa de campo de Cavaleiro (2003), parece desconhecer a questão. Mas, ainda assim, a educação infantil não pode desviar-se da tarefa de preparar o indivíduo para a existência das particularidades étnicas, já que ela, indispensavelmente, mediará a sua relação com os demais cidadãos. Ao longo de sua pesquisa, Cavaleiro (2003) percebeu a falta de materiais pedagógicos que favorecessem outras etnias que não fosse a branca e de diálogo sobre questões raciais.

O(A) professor(a) é um elemento primordial em sala de aula. Cabe a ele/ela permear o método de ensino-aprendizagem e acompanhar a turma para romper preconceitos, incorporar identidades, mostrando durante o ano letivo, assuntos tais como racismo, raça, tendo que apresentar o negro como protagonista e não apenas como escravo. Deve expor toda cooperação que esse segmento trouxe e traz para o país, preservar e reconhecer a cultura africana e afro-brasileira, abrangendo o contexto no qual a escola está enquadrada. É fundamental que haja a compreensão e a coragem de professores implicados com uma atividade pedagógica que pretenda formar cidadãos críticos e capacitados a entender e mudar a realidade em que se encontram (MOURA; OLIVEIRA; SOUZA, 2013).

De acordo com Gomes (2005), pensar em inserir política e pedagogicamente nas escolas a questão racial vai mais além do que ler livros e manuais de informação. Simboliza mudar dos valores à estrutura das escolas. Corresponde dar aos professores subsídios, proporcionar a eles as mais novas discussões sobre processos educativos, culturais e políticos. No entanto, para que isso ocorra, não adianta apenas o desejo ou as reclamações cotidianas, se nenhuma iniciativa tem sido tomada. O espaço educacional e os seus educadores precisam fazer algo para que haja mais mobilização.

Diante disso, é possível afirmar que é posto em destaque o papel do professor, que contribui com práticas didático-pedagógicas para a conscientização dos alunos. A diversidade cultural deve ser valorizada para que haja uma sociedade mais justa e igualitária.

O papel da escola na formação das identidades étnicas

O ano é 1888, chega ao fim o período da escravidão no Brasil, o último país independente a findar esse sistema. Cento e trinta anos após a tardia abolição da escravatura, a falta de representatividade do negro na sociedade brasileira comuna para um racismo velado e silenciado por parte da escola. Diante de tal cenário, perpetua-se a dificuldade que a criança negra tem para formar a sua própria identidade. Neste processo, deve-se destacar também que a escola básica foi negada à criança negra, e que a educação infantil pública é uma conquista muito recente¹.

Para Neves (2000), racismo e educação acentuam a seriedade da colocação social da escola e da diferença cultural. A escola é encarregada pelo desenvolvimento da socialização infantil no qual se constituem relações com crianças de várias famílias, o que contribui na construção de identidade da criança. Essa convivência será capaz de fazer da escola o primeiro ambiente de experiência das tensões raciais.

A falta de representatividade e práticas pedagógicas positivas que ajudem a construção e reconhecimento de uma identidade positiva da criança negra vem causando muitas vezes danos e marcas irreparáveis. Por isso, é de suma importância a representatividade positiva na construção da identidade da criança negra logo na primeira infância, ou seja, desde a educação infantil, modalidade creche. Para que de fato exista um favorecimento da construção das diferenças étnico-raciais na educação infantil, cabe a escola trabalhar de forma efetiva a identidade positiva da criança negra, quebrando, assim, o silêncio e trabalhando abertamente sobre a temática étnico-racial. (CAVALLEIRO, 2003).

A Constituição Federal de 1988 tem como um de seus fundamentos garantir no Art. 2º, inciso IV, a promoção, o bem-estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou qualquer outra forma de discriminação. Diante disso, vemos como a escola é falha, pois pouco é trabalhado e valorizado, de forma efetiva, o tema cultura afro-brasileira, impedindo um resultado mais significativo na construção da identidade das crianças negras.

Cavalleiro (2003) aponta a falsa democracia racial no Brasil², e, com isso, as escolas não abordam debates sobre o tema. Esta autora afirma que,

Essa ideologia, apropriada pelos cidadãos, produz certo “alívio”, eximindo-os de suas responsabilidades sociais vividos pelos negros. Tragicamente, estes são em diversas situações culpabilizados por se encontrarem em situação precária, pois supostamente, lhes faltam vontade e esforço próprios para alterar sua condição de vida (CAVALLEIRO, 2003, p. 30).

Cavalleiro (2003) aborda o lado cruel dessa ideologia, ou seja, a aceitação pelos próprios negros que apreendem a visão que a sociedade tem deles. Dessa forma, eles reproduzem preconceitos e ações

1 Sobre a questão racial e a legislação, ver: “Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil”, de Marco Antonio Bettine de Almeida e Livia Sanchez (2016).

2 A ideia de democracia racial é amplamente discutida nas ciências sociais. Embora não seja o foco deste artigo, em linhas gerais, ela acentua o caráter mais harmonioso que conflituoso nas relações entre as diferentes raças que formam o Brasil. Gostaria de citar o livro que deu origem ao conceito, de Gilberto Freyre “Casa grande & senzala” (2003) e um dos seus críticos atuais Jessé de Souza, com os livros “Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro” (2018) e “A Elite do Atraso: da escravidão à lava-jato” (2017).

discriminatórias para com os outros negros.

Para Cavalleiro (2003), o racismo no Brasil foi denominado “racismo cordial”. Esse racismo velado é chamado de cordial pelos estragos para todos os que acreditam e que lutam diariamente contra um inimigo “invisível”, que não tem hora, lugar ou situação predeterminado para aparecer. A omissão com o assunto variedades étnicas, seja dentro do lar, seja no colégio, pode contribuir para a construção de pessoas preconceituosas. A inexistência de indagações pode conduzir muitos adolescentes e crianças a se basearem, regularmente, na conduta não crítica dos adultos a sua volta.

Neves (2000) salienta que a escola é um lugar de experiências para a criança, uma vez que ela terá a convivência com críticas, competições, perdas, frustrações e realizações. Além disso, a escola é entidade que fornece o conhecimento, que deve se basear em preceitos étnicos e democráticos, pois a construção do cidadão consciente está em grande parte sob a incumbência da escola. O espaço escolar é onde a criança expõe a competência de questionar, ter consciência de sua identidade e a qual grupo pertence, pois é este discernimento que desatará o roteiro na busca da construção da identidade e provocará uma transformação no jeito de pensar do homem moderno.

A escola é o lugar onde grupos sociais estão em incessante diálogo e conflito no que se refere à diversidade. O espaço escolar para a criança negra pode ser um espaço para a estruturação de sua identidade, cuja construção se inicia no seio familiar ou, por outro lado, pode vir a ser o cenário em que a idealização de uma identidade nega as raízes étnicas de outras.

O papel do professor na construção de práticas não discriminadoras

O papel do professor está intimamente ligado à sua formação, que deve ser permanente e articulada com a renovação do projeto pedagógico da instituição; além disso, deverá, como missão principal, aproximar, de forma significativa, o universo cotidiano das crianças, particularmente em suas interlocuções em sala, ao universo das pesquisas em educação e aos conhecimentos produzidos pelo professor a partir da análise e reflexão de sua prática concreta (ABRAMOWICZ, ANETE, et al., 2012).

Logo, o Art. 8º, incisos VIII e IX das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009), nos remete ao fato de que a proposta pedagógica das instituições de educação infantil deve ter como objetivo garantir o acesso à apropriação da contribuição histórica e cultural dos povos indígenas e afrodescendentes, isto é, o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação.

Segundo Nilma Lino Gomes (2005), o papel que a escola ocupa é importante na socialização, no processo de conscientização da diversidade, combatendo o preconceito, seja ele sexual ou social, de cor ou de credo, cultural, de qualquer espécie. Estas questões estão fortemente presentes no cotidiano escolar da criança, e a escola precisa ter a sensibilidade necessária para lidar com este desafio.

O primeiro passo é compreender as dimensões que fazem parte desse processo educacional e não as abordar somente em conteúdo escolar, e sim identificá-los no dia-a-dia, construindo entre os alunos e professores uma relação de empatia e respeito. E esta relação de respeito mútuo, quanto às necessidades do outro indivíduo, poderá contribuir para um melhor convívio em comunidade e na sociedade de um modo geral.

De acordo com Cavalleiro (2003), o papel da escola é fundamental para a construção da autoimagem e autoestima da criança negra, que contribui assim para a formação da sua identidade. O processo

depende inteiramente do bom desempenho diligenciado no começo da educação infantil. O contato direto com crianças da faixa etária de quatro e seis anos detecta que crianças negras formam um caráter negativo em comparação ao meio étnico onde estão presentes.

A escola é a base formadora do caráter e personalidade da criança e, sendo ela afrodescendente, é o lugar onde se pode desconstruir a discriminação racial. É importante lembrar que o preconceito atua como a desvalorização da sua cultura. O professor é o interventor\mediador na prática do ensino. Sendo assim, é o condutor responsável para quebrar estereótipos, combater a ideia da superioridade de uma raça em relação a outra, erradicando a discriminação, rejeição, medo, insegurança, gerando crianças que valorizam e mantêm uma relação saudável de respeito e autoaceitação, seja quanto à Moura, Oliveira e Souza (2013, p. 9) afirmam que

É preciso consciência, ousadia de professores comprometidos com uma a prática pedagógica que vise formar cidadãos críticos e capazes de entender e modificar a realidade em que se encontram. Entendemos que a escola é uma instituição importante para construção da identidade da criança, portanto, estando a escola preocupada com uma convivência baseada no respeito às diferenças, deve possibilitar situações para abordar e pensar com toda equipe escolar, propostas de trabalhos para inserir como conteúdo, a questão racial e assim trabalhá-la de maneira sistemática e contextualizada para que os educandos tenham uma aprendizagem significativa, na qual uma criança negra não mais necessite negar a si mesmo, sua cultura e ancestralidade, tendo que assumir uma identidade de outro grupo racial para se sentir aceita; que as crianças brancas não se sintam superior em detrimento de seu pertencimento racial, que se respeitem enquanto pessoas, enquanto seres humanos. Que desde a educação infantil possam ser construídas nas escolas, práticas promotoras da equidade, alteridade e do respeito às diferenças.

Infelizmente, a intolerância é encontrada nos dias de hoje, seja por cor, credo, religião, dentre outros. A sociedade segue cometendo atos discriminatórios. Por isso, a escola precisa trabalhar para tentar desconstruir esse racismo existente.

Neves (2009) afirma que a escola é considerada um possível espaço para construção da identidade, que, dependendo da etnia/cultura, nem sempre é lembrada de maneira positiva. A identidade da criança é resultado de um processo de construção social, no qual nos enxergamos através do olhar do outro. Seu dever é aguçar as potencialidades, características das crianças, articulando este ambiente de aprendizagem para o combate do preconceito a partir de um trabalho efetivo com práticas antirracistas. Fazem parte deste processo os materiais didáticos, livros e brinquedos que estão sendo utilizados no ambiente escolar, e que, em sua maioria, está carregada de estereótipos que representam os negros de forma inferiorizada.

Cavalleiro (2003) ressalta que, a partir do momento que uma criança negra passa frequentar a escola, ela passa por um momento de adaptação. Adaptação essa que pode ser marcada por traumas sofridos por algum tipo de discriminação. A falta de preparo dos professores pode influenciar, ainda que involuntariamente, o aumento do preconceito sofrido por essas crianças.

Em nossa sociedade, a história e a cultura negra não têm sido abordadas pela escola, mesmo depois da promulgação da Lei 10639/2003 que determina a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nos sistemas de ensino formal, e a principal razão apontada é de que os professores não estão preparados para trabalhar

essas questões, visto que os cursos de formação não atentam para elas. Isso é bem verdade, entretanto, abordar as questões e obter informações sobre cultura e história negra é movimento independente, embora possa ser simultâneo com a formação formalizada para o trato da história e cultura afro-brasileira (ALGARVE, 2004, p. 2).

De acordo com Algarve (2004), nos dias atuais pouco estudamos em sala de aula acerca da história dos negros, a importância que eles tiveram para a construção da sociedade de hoje. Isto porque prefere-se valorizar a cultura europeia e ignorar as raízes do povo brasileiro. Não tem como trabalhar as diferenças, se não for levando em consideração a história e cultura dos negros, índios e asiáticos. Para mudar isso, são necessários profissionais de educação preparados e capacitados para o desempenho da função. O docente precisa reconhecer e valorizar personagens negros que atuam em diferentes funções sociais, incorporando artistas, escritores e cientistas africanos e afrodescendentes no planejamento das aulas. Por meio desse contato, os alunos de diferentes raças passam a considerar natural a presença de afro-brasileiros em cargos de chefia ou como importantes pensadores.

Uma vez que as diferenças étnico-raciais sejam respeitadas, promove-se a valorização da criança, fazendo com que ela tenha a sua própria identidade sem sentir vergonha do grupo racial em que ela está inserida.

A falta de vivência em sala de aula com a história e cultura negra faz com que o negro não se encontre, tendo dificuldades de criar ou reconhecer sua própria identidade.

Não se trata de vitimizar o negro ou tratá-lo como mocinho, enquanto o branco seria o vilão. O papel da escola é mostrar a identidade racial de maneira afirmativa, desfazendo-se das imagens que predominam nos meios de comunicação.

Para Cavalleiro (2003), não há como a escola silenciar frente ao racismo, fazendo com que crianças sofram diariamente situações constrangedoras, deixando muitas vezes essas crianças excluídas permanentemente da vida social. Todavia, se faz necessário elaborar um trabalho efetivo que promova um respeito mútuo, com um debate aberto e flexível, para falar sobre as diferenças sem receios e preconceitos.

É necessário falar da história e cultura dos negros de forma que isto se incorpore à rotina da sala de aula, não apenas em datas comemorativas. É preciso ressaltar e valorizar a cultura negra com aspectos que levaram a construção da sociedade de hoje. Uma vez que a imagem do negro está sempre atrelada ao escravo (relembrando que o negro não nasceu escravo, porém foi escravizado), existe um peso sobre ela. O negro, no passado, foi escravizado, mas conseguiu sua liberdade e luta até hoje pelo direito de exercer sua cidadania. É preciso ter cursos de formação continuada para que os professores possam ter mais domínio acerca de como trabalhar essa construção das diferenças étnico-raciais.

Juntamente com a idéia de valorização da autoimagem da criança negra, Algarve (2004) afirma que o papel da escola é de suma importância nesse processo, como se observa:

Para que as crianças se reconheçam como são, a escola tem papel fundamental na formação das mesmas, e para isso, faz-se necessário que ela reconheça a diversidade da população brasileira, valorizando-a devidamente, contribuindo para a formação de cidadãos auto-confiantes que possam exercer sua cidadania sem medo (ALGARVE, 2004, p. 2).

Com isso, podemos afirmar que muitas crianças não se enxergam nos personagens abordados em sala, nos filmes, nos desenhos, nos estereótipos das figuras dos livros didáticos, etc. A Lei 10639/03 estabelece diretrizes, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas redes escolares. E é evidente que temos muito para avançar e melhorar para cumprir a Lei.

Neves (2009), em seu artigo, corrobora essa ideia, que retrata uma abordagem sobre o racismo que se encontra presente hoje na sociedade, e ressalta o papel do professor nesse contexto. Para Neves (2009, p.9),

Professores e demais profissionais educacionais que circundam a pré-escola, com o intuito de educar na diversidade, devem oferecer oportunidade para que as crianças façam sua interpretação do mundo. Por isso, as salas de pré-escola e classes iniciais devem ser de fato um ambiente prazeroso, onde são oferecidos e trabalhados todos os tipos de materiais para que, através da observação, comparação, classificação e reflexão, as crianças possam descobrir a importância da cultura, das manifestações artísticas, das crenças, rituais afro-brasileiros, procurando se apropriar delas, e assim, construir conhecimentos históricos importantes para a própria luta social.

As propostas pedagógicas da educação infantil devem respeitar as diferentes culturas, os princípios de solidariedade, a liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais, segundo as diretrizes curriculares nacionais (Art. 6º, I e III). Então, o professor tem o papel de contribuir para que a criança se identifique e tenha orgulho das suas características e se veja de forma positiva. São necessárias atividades em que se trabalhe a cooperação/colaboração com o outro indivíduo, respeito mútuo e igualdade racial. Com a internalização, a criança vai tornando seu o que é compartilhado pela cultura e o discurso social passa a ter um sentido individual.

Neves (2009) salienta que é essencial desenvolver meios e estratégias, para uma formação dos professores, a fim de proporcionar o conhecimento e valorização da história e cultura afro-brasileira e da diversidade histórica e cultural do Brasil. Para este autor,

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro Brasileira e Africana nos currículos de Educação Básico configura-se com uma decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, a sua identidade e a direitos seus (NEVES, 2009, p.6).

Tendo como pano de fundo a diversidade racial, os professores, ao mesmo tempo em que passam por diversos tipos de problemas nas relações entre crianças negras e brancas, lidam muitas vezes com o discurso oficial da escola, onde se prega que não há preconceito entre as crianças. Para Cavalleiro (2003), a escola ensina a criança negra a silenciar, o que ela chama de “aprendizagem do silêncio”, na medida em que se omite nos conflitos entre as crianças. A escola, por meio dos professores das crianças pequenas, se nega a tomar providências e reforça os estereótipos e preconceitos. Cavalleiro (2003) salienta que os professores tendem a elogiar mais as crianças brancas e ter mais contato físico afetuoso com elas. A postura do professor no modo como se refere às crianças, sua expressão corporal e a intervenção nas atividades podem caracterizar-se como fatores de exclusão das crianças negras. Quando o professor, sem intenção discriminatória aparente, auxilia mais as meninas brancas a se pentear ao

invés das negras, quando prefere pegar ao colo mais as crianças brancas, está contribuindo para minar a autoestima dos alunos afrodescendentes.

Para Munanga (2005), alguns docentes, pela falta de preparo ou algum tipo de discriminação neles existentes, não são capazes de abordar situações flagrantes de preconceitos no ambiente escolar ou em sala de aula como momento pedagógico privilegiado para de abordar as diversidades da cultura nacional e das diferenças étnico-raciais. Geralmente, praticam a política de avestruz, fingindo que não estão vendo o que está acontecendo ao seu redor, ou sentindo pena dos “coitadinhos”, em vez de ter uma atitude consciente e responsável, que consistiria, por um lado, em ressaltar as diferenças raciais, tendo em vista que a diversidade não constitui um fator de complementaridade e de enriquecimento da humanidade em geral, e, por outro, em ajudar o aluno discriminado para que ele possa assumir com orgulho e dignidade os atributos de sua diferença, sobretudo quando esta foi negativamente rejeitado em detrimento de sua própria natureza humana.

É necessário que haja uma sensibilização por parte dos professores, que sejam abordados assuntos que tragam um debate para sala de aula contra o racismo, valorizando a cultura africana e afro-brasileira. Independente do credo religioso, etnia, classe social, é necessária a conscientização sobre as práticas pedagógicas utilizadas no ambiente escolar, para que todos sejam tratados com igualdade, de forma digna e, principalmente, com respeito.

Considerações finais

Na prática docente é possível observar a injúria racial desde a educação infantil, com crianças usando palavras e xingamentos com o intuito de ofender outras, referindo-se à cor da pele, associando a cor preta à sujeira. Se não são corrigidas pelos seus professores, na maioria das situações, as crianças podem concluir que têm o direito de tratar as outras deste modo.

As crianças negras se calam e se afastam das situações de conflito e de disputa, preferindo o isolamento. Por outro lado, são advertidas ao reagirem, de maneira descontrolada e desproporcional. Por isso, essas crianças acabam se calando. Com tudo isso, cria-se um grande círculo vicioso, uma situação muito difícil de ser resolvida sem ajuda.

Não abordar as questões e situações de racismo, preconceito e discriminação na escola faz parecer que o problema não existe; há professores que também preferem se calar com relação a esse assunto. Quer fazer com que as situações de humilhação entre as crianças sejam consideradas e encaradas como naturais ou individuais ou se esquivar de falar no assunto na sala de aula faz com que cada vez mais as crianças negras se calem e desvalorizem o seu poder de reação diante dessas situações. É uma situação que só colabora e faz aumentar ainda mais o medo de falar, de se defender.

Se a dinâmica escolar não aceita e não sabe incluir a criança negra, cria uma situação geradora de desconforto e de impossibilidade de realização pessoal, na medida em que ela é o tempo todo comparada com a criança branca, humilhada, desvalorizada e inferiorizada. Como resultado, o silêncio, que pode levar ao condicionamento do fracasso em todas as esferas da vida social, perpetuado nas relações sociais desiguais.

Estas observações nos levam a constatar que é mais do que hora de encarar com seriedade e competência o problema. É preciso mudar a mentalidade da escola, intervir para que o silêncio seja rompido, inaugurando novas práticas no cotidiano das relações escolares, para que se possa reconhecer, valori-

zar e incluir a criança negra.

A escola pode promover novas práticas pedagógicas em busca da igualdade racial, trazendo a conscientização para adultos e crianças sobre a questão, dando o espaço necessário e de direito à cultura africana e afro-brasileira, e também contribuir para o desenvolvimento da criança de qualquer etnia. Conclui-se que é vital que se valorizem as diferenças e que se proporcione o respeito mútuo. Docentes e todos aqueles que estão inseridos no meio escolar devem lutar para que a Lei 10639/03 seja efetivamente colocada em prática nas escolas e também para que se incentive a promoção do respeito às diferenças étnico-raciais.

Referências

- ALMEIDA, Marco Antonio Bettine; SANCHEZ, Livia. "Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil". 2016. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 2, p. 234-246. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.14244/198271991459> >. Acesso em: 25 set. 2018
- ABRAMOVICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana de. As relações étnico-raciais e a sociologia da infância no Brasil: alguns aportes. In: BENTO Maria Aparecida Silva (Org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. São Paulo, SP: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012. Disponível em: <http://www.ceert.org.br/src/pdf/anete-abramowicz-e-fabiana-de-oliveira.pdf> >. Acesso em: 25 set 2018.
- ALGARVE, Valéria Aparecida. **A leitura da cultura negra possibilitando a construção e valorização de identidades**. 2004. Disponível em: http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem03pdf/sm03ss10_06.pdf Acesso em: 25 set. 2018.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico- raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2018.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO- **Parecer CNE/CEB Nº 20/2009 e Resolução CNE/CEB Nº 05/2009**. Diretrizes curriculares Nacionais para a educação infantil, 2009.
- BRASIL **Lei nº 10639, de 09 de Janeiro de 2003**. "Altera a Lei 9.39 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases d educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e cultura Afro-Brasileira" e dá outras providencias. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. nov./ jan.,2003. Disponível em: < http://www.planalto_gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10639.htm >. Acesso em: 25 set. 2018.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO. **História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na Educação Infantil**. BRASÍLIA, MEC/ SECADI, UFSCar, 2014, 144p.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- EDUCAÇÃO** infantil e práticas promotoras de igualdade racial. Coordenação geral Hédio Silva JR.; Maria Aparecida Silva Bento, Silvia Pereira de Carvalho. São Paulo: Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades- CEERT/ Instituto Avisa Lá- Formação continuada de Educadores, 2012.
- FREYRE, Gilberto. **"Casa grande & senzala"**. 48 ed. São Paulo: Global editora, 2003.

- GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº10.639/03**. Brasília, 2005, p. 39-62.
- GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº10.639/03**. Brasília, 2005, p. 39-62.
- MENEZES, Débora. **Como trabalhar as relações raciais na pré-escola**. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/130/como-trabalhar-as-relacoesraciais-na-pre-escola>>. Acesso em: 25 set. 2018.
- MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO, 3., 2004. Rio de Janeiro. **Palestra...** Rio de Janeiro: PENESB; Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>> Acesso em: 26 set 2018.
- _____. (Org.), **Superando o racismo na escola**. 2.ed.. Brasília: Ministério da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204 p.
- MOURA, Dayse; OLIVEIRA, Adja Motta de; SOUZA, Fabiana Leandro de. **Identidade Racial na educação Infantil: o que pensam as professoras acerca da educação das relações raciais e da construção de uma autoimagem positiva da criança negra?**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal de Pernambuco.
- MOURA, Dayse; OLIVEIRA, Adja Motta de; SOUZA, Fabiana Leandro de. **Identidade racial na educação infantil: o que pensam as professoras acerca da educação das relações raciais e da construção de uma autoimagem positiva da criança negra?**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal de Pernambuco. Pernambuco, [s.d].
- NEVES, Pollyana Cassiano. **As relações étnico-raciais na educação infantil**. Uberlândia : UFU, 2009.
- PLANO Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de história e cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_curric_educ_etnicoraciais.pdf> Acesso em: 26 set., 2018.
- .SOUZA, Jessé de. **"A elite do atraso: da escravidão à lava-jato"**. São Paulo: Leya, 2017.
- _____. **"Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro"**. São Paulo: Leya, 2018.